

Pizzas para Jader e Dutra

CONSELHO DE ÉTICA, NA ÚLTIMA DECISÃO DE TEBET, NEGA REQUERIMENTOS DA OPOSIÇÃO

Terminou em pizza, assada no forno do Conselho de Ética do Senado, os requerimentos da oposição para processar o presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA), pela acusação de emissão e venda fraudulenta de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), e para reabrir o caso da violação do painel, para investigar o envolvimento do líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE).

Como já estava anunciando, foram tomadas as decisões para evitar que as denúncias contra Jader Barbalho entrem na agenda do Senado. Na última decisão como presidente do Conselho de Ética, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) - que assume hoje o Ministério da Integração Nacional - arquivou

requerimentos dos partidos de oposição pedindo investigação sobre as TDAs.

"Os fatos são antigos e já estão sendo apurados pelo Ministério Público (MP)", argumentou Tebet, que tomou a decisão sem ouvir os integrantes do Conselho. "Para mim, seria fácil lavar as mãos e não decidir nada", alegou, diante das indagações segundo as quais estaria assumindo uma posição política para tirar o presidente do Senado do foco.

Jader contestou nesta terça-feira a proposta de criação de CPI destinada unicamente a investigar as denúncias de envolvimento dele em práticas de corrupção. Ele afirmou que "de jeito nenhum" o PMDB concordaria com essa proposição. "Era só o que faltava: o PMDB aceitar esse tipo de CPI!", reagiu o presidente do Senado.

Outra posição favorável a Jader foi anunciada pelo pre-

sidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele informou que indeferirá o requerimento da oposição pedindo a presença na comissão do auditor do Banco Central (BC) Abrahão Patrúni Júnior para explicar aos senadores o relatório no qual acusa Jader de se beneficiar de rendimentos obtidos com a aplicação de R\$ 10 milhões retirados do Banco do Estado do Pará (Banpará),

quando era governador do Estado.

Quanto ao caso do painel, Tebet decidiu que a competência para reabrir ou não o processo é da Mesa Diretora e

não Conselho de Ética. O primeiro-secretário do Senado, senador Carlos Wilson (PPS-PE), afirmou ontem que, regimentalmente, não há possibilidade de reabertura do processo em que se investigou a violação do sigilo do painel eletrônico de votações do plenário.

"Para mim, seria fácil lavar as mãos e não decidir nada a respeito"

Senador Ramez Tebet